

Pistolão fez metade do magistério de 1º grau

Ilustrações de Getúlio Vilanova

Eliane Bardanachvili

O quadro negro da educação do país tem pelo menos uma causa clara e, até então, pouco conhecida: quase metade dos professores e diretores da rede pública entraram no magistério por indicação, e não por concurso, sendo que 10% indicados por políticos — os demais entraram por indicação de técnicos.

O fato, uma das mazelas flagradas pelo *Sistema de Avaliação do Ensino Público de Primeiro Grau* (Saep), verdadeira radiografia do ensino brasileiro, realizada por equipes do MEC e do Instituto Interamericano de Coordenação para a Agricultura (Iica), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) interfere comprovadamente no desempenho dos profissionais. Um cruzamento de dados realizado pelo Saep mostrou que os alunos dos profissionais concursados tiveram desempenho 20% melhor nos testes que lhes foram aplicados, do que os alunos de indicados.

“Dependendo do estado, pode até haver alguma legislação permitindo a entrada por indicação, mas de maneira geral isso é ilegal. Teoricamente, todo funcionário público entra no sistema por concurso”, espanta-se Julio Jacobo, pesquisador do Iica e coordenador do trabalho.

A pesquisa, que englobou 3.779 escolas, em 19 estados, entrevistas com 11.133 professores e diretores e avaliação de 113.000 alunos, constatou, com essas e outras descobertas, que os profissionais do ensino estão distantes de sua responsabilidade maior: ensinar bem. Escorando-se na crise do país, diretores e professores atribuem a um conjunto de problemas sociais e econômicos o baixo rendimento dos alunos — e não vêm na qualidade de seu trabalho qualquer motivo que leve à trágica situação do ensino, como detectou o Saep. Além disso, a função de diretor é confundida pelo próprio profissional com a de mero administrador de problemas não pedagógicos.

“O diretor se coloca na escola como um burocrata. Não visualiza fins e metas, mas o cumprimento das normas de rotina”, analisa Julio Jacobo, interpretando os resultados do trabalho. Enquanto 85,8% dos diretores informaram que sempre desenvolvem atividades administrativas na escola, apenas 6,9% declararam dar supervisão pedagógica ao trabalho do professor. Trinta por cento declararam nunca ter dado esse tipo de supervisão.

Solicitados a explicar as causas do fracasso escolar, dando notas de zero a dez às opções apresentadas, os diretores de escolas entrevistados atribuíram a nota mais baixa, 4,5, ao item “organização interna da escola e a prática dos professores, que não estão preparados”, preferindo concentrar-se na explicação de que o fracasso “é resultado da miséria na qual se encontra a maioria da população brasileira” — nota 7,1. Procedimento semelhante foi verificado entre os professores.

Outro grande responsável pelo fracasso escolar, para os pro-

fissionais é “a falta de apoio das famílias” — item que recebeu nota 7. “Há uma falta de visibilidade social dos problemas que são, de fato, da escola”, diz Julio Jacobo. “Essa avaliação vai servir, justamente, para definirmos os pontos que é preciso atacar para melhorarmos o ensino”.

O fato de que profissionais da escola não se sintam parte integrante dos problemas educacionais brasileiros está diretamente ligado ao seu desempenho perante os alunos. Os poucos 3,7% dos entrevistados que se declararam responsáveis pelo fracasso escolar têm alunos com desempenho melhor do que os demais, conforme comprovou outro cruzamento de dados do trabalho.

Para surpresa dos pesquisadores, a quantidade de horas dispendidas em cursos de reciclagem pelos profissionais escolares é considerada boa — uma média de 193 horas, em cinco anos. “Equivale à metade do número de horas de um curso de pós-graduação”, explica Julio Jacobo. A interpretação para que, ainda assim, esses profissionais sejam mal sucedidos com seus alunos é que os conteúdos desses cursos, na maioria das vezes, volta-se mais para a recuperação das deficiências gerais da formação do professor, do que para aperfeiçoar seus conhecimentos pedagógicos.

A pesquisa constatou que, para cada aluno que se forma no 1º grau da rede pública, duas outras matrículas são consumidas em vão, um desperdício provocado pelos altos índices de repetência e evasão, ao longo dos oito anos de estudos e equivalente a quase 70% de matrículas jogadas fora. De cada 100 alunos que entram na 1ª série do 1º grau, só 20 chegam à 8ª. É o pior índice da América Latina e só melhorou em 2% em relação a 1974. O Brasil está bem abaixo do penúltimo colocado, El Salvador, com 31 alunos chegando ao final do ciclo. No Chile, por exemplo, este índice é de 85% e no Peru, 70%, conforme dados da Unesco.

Melhorar o desempenho escolar torna-se mais premente do que construir novas escolas. Como verificou o Saep, o Brasil não vai tão mal assim no que diz respeito a número de crianças matriculadas e quantidade de escolas no território nacional. É quando se trata do rendimento dos alunos que o ensino público está reprovado. Embora os 3,5 milhões de crianças entre 7 e 14 anos que estão fora da escola — levantados pelos pesquisadores a partir de dados do MEC — representem número expressivo, não se tornam o principal problema educacional do país.

“Se mantivermos o atual ritmo, no ano 2.000 teremos uma cobertura de matrícula para 95% daquela faixa etária, um índice de países do Primeiro Mundo”, diz Julio Jacobo. Segundo ele, não é necessário dar mais atenção à construção de escolas e criação de vagas no 1º grau, porque isso já acontece naturalmente, como parte integrante do “jogo político” do país. “Construir escolas dá rendimentos políticos altos. E isso vem sendo feito sem que precisemos nos preocupar”, analisa Jacobo.

O professor rejeita culpa por fracasso

Os professores consideram-se bons profissionais. Apesar do rendimento ruim dos alunos, 73% declararam dominar muito os conteúdos das disciplinas que lecionam; 77% afirmam conhecer bem temas ligados à relação professor-aluno; e 52% declararam possuir um domínio alto do planejamento de ensino.

Enquanto isso, em testes aplicados nos alunos desses professores, para medir seu domínio sobre conhecimentos mínimos do 1º grau verificou-se que os estudantes estão abaixo da crítica. Cerca de 113 mil fizeram testes padronizados dissertativos e de múltipla escolha, criados pela conceituada Fundação Carlos Chagas. Os alunos de 1ª a 3ª série responderam a questões de Português e Matemática. Para os da 5ª e 7ª séries, os testes incluíram também Ciências e Redação. Como se tratava de conteúdos mínimos, os alunos deveriam tirar, no mínimo, nota 90, numa escala de zero a 100, em cada uma das provas.

Não foi o que se viu. No cômputo nacional, só 13,49% dos alunos ficaram no patamar considerado normal (notas entre 90 e 100). Quase 17% tiveram notas entre zero e vinte. Entre os estados, a maior nota ficou com Santa Catarina — 52,49.

Ainda em escala nacional, verificou-se que quanto mais avançada a série do aluno, pior o seu rendimento escolar. Enquanto a média geral registrada em Matemática para a 1ª série foi de 51,94 pontos, a da 7ª série foi de 28,76 pontos. “Com problemas de aprendizagem já nas primeiras séries, o aluno tem menos condições de assimilar novos conhecimentos mínimos”, concluiu a pesquisa.

Matemática e Ciências foram as disciplinas que apresentaram notas mais baixas. No Nordeste, as médias ficaram em 26,14 (Matemática) e 36,37 (Ciências). Nas regiões Norte, Sudeste e Sul nenhum aluno atingiu o patamar esperado no teste de Matemática para a 5ª série.

Outras informações obtidas dos professores na pesquisa explicam esse quadro negro. Verificou-se que boa parte do parco tempo em que os alunos ficam na escola é consumida com firulas como organizar a entrada na sala, fazer a chamada, atender funcionários na classe ou dar avisos. Apesar de 16,2% das escolas aproveitarem quase integralmente o tempo disponível com atividades pedagógicas. Em 53,5% o aproveitamento cai para 80% e em 49,3% desce a 70%.

“Numa jornada escolar relativamente baixa, de quatro horas, o desperdício de 20% a 30% do tempo é sério”, analisa Jacobo. “E esse tempo provavelmente é ainda menor do que o declarado pelos profissionais”, alerta.

Além disso, a preferência dentro da sala de aula ainda é pelo método do cuspe-e-giz. Exercícios passados no quadro são a preferência de 74% dos professores, que também optam (65%) pela exposição oral da matéria. O livro didático é adotado por 43%, enquanto apenas 24% utilizam textos e exercícios de sua própria autoria e 28,8% adotam trabalhos e textos produzidos pelos alunos.

Segundo os entrevistados, a competência do professor não é o fator mais importante na relação com os alunos. Esta opção vem em terceiro lugar, precedida de “ser um artista em sala de aula, para chamar a atenção” e de “ser afetuoso”, considerada a principal característica da relação professor-aluno.

Percentual de alunos que completam o 1º grau em oito anos

Distr. Federal	55,04%
São Paulo	40,99%
Rio de Janeiro	25,91%
Pará	11,49%
Piauí	9,71%

Brasil	18,3%
Panamá	87%
Chile	85%
Costa Rica	76%
Peru	70%
México	69%
Haiti	32%
El Salvador	31%

Causas do fracasso escolar

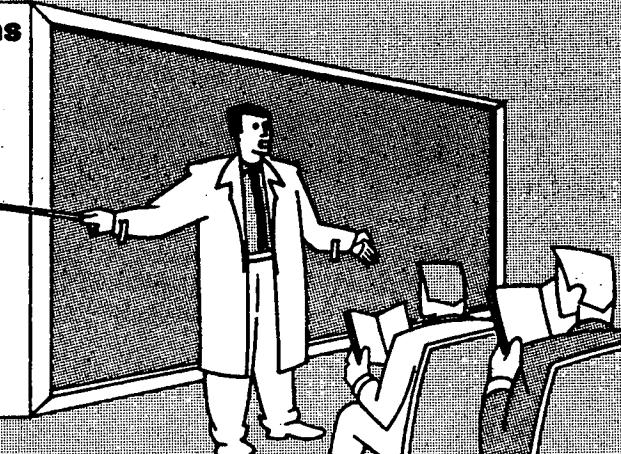
Na opinião dos professores

Mais votada: reflexo dos problemas econômicos e sociais

Menos votada: despreparo do professor

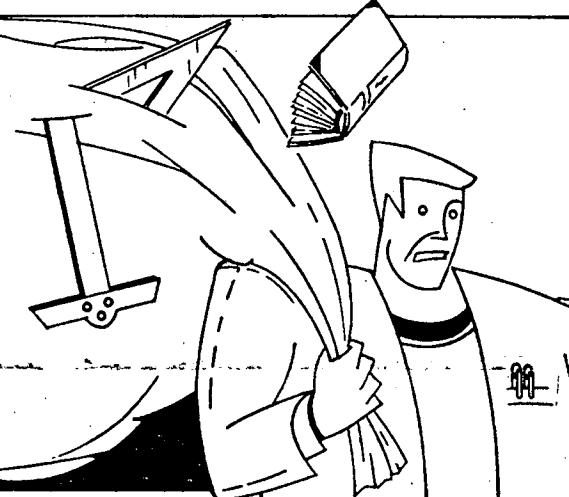
Formas de trabalho mais utilizadas pelos professores em sala de aula

Exercícios no quadro-negro.....	74,0%
Exposição oral da matéria.....	65,6%
Livro didático	43,8%
Produção dos alunos	28,8%
Textos do professor	24,4%



Percentual de matriculados que abandonam o curso ou repetem o ano

Região	índice
Nordeste	72,94%
Norte	68,39%
Centro-Oeste	68,01%
Sudeste	63,96%
Média Brasileira	67,69%



Pesquisa dá base para avaliar ensino

O *Sistema de Avaliação do Ensino Público de Primeiro Grau* será o ponto de partida de avaliações periódicas do desempenho das escolas e do quadro da educação brasileira. O trabalho servirá de base para novas verificações que deverão acontecer a cada dois anos — este ano será iniciada mais uma, cujos resultados deverão ser tabulados no ano que vem — sempre com o objetivo de mostrar o que melhorou, a partir das causas que a pesquisa apontou para o fracasso escolar.

Para isso, o prosseguimento do trabalho passou para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Pedagógicas (Inep), órgão do MEC que, como primeira providência, vai reunir as informações colhidas num banco de dados que poderá ser acessado por todas as secretarias de Educação. “Estamos percorrendo um caminho que ainda não foi percorrido: procurar na maneira como a escola está funcionando as características de aprendizagem dos alunos”, explica o diretor do Inep, Divonzir Gusso, ressaltando que o Saep não é “meramente uma pesquisa”, mas um instrumento para melhorar o desempenho escolar.

Erro de estratégia

Indicadores do bom desempenho da escola

Na opinião dos diretores

Mais votada: desempenho da direção

Menos votada: índice de evasão e a de repetência

Atividades que os diretores desenvolvem com mais freqüência

Mais votada: tarefas administrativas

Menos votada: supervisão do trabalho dos professores

Condições de trabalho na escola

Maior problema: baixa quantidade de material didático

Menor problema: autonomia administrativa da escola

Bom atendimento

Crianças de 7 a 14 anos matriculadas no 1º grau

(em milhares)

1985 20 (82% da população desta faixa)

1990 23 (87,3% da população desta faixa)